

Elaine Cristina Maia
Nascimento
Rodrigo Gonçalves dos
Santos

U

URBGRAFIAS OU CARTOGRAFIAS
DA PRODUÇÃO DE UM DEVIR
CIDADE

126

pós-

RESUMO

O artigo trata de um fragmento da pesquisa de Mestrado em desenvolvimento sobre a relação entre os atos cotidianos de um “fazer cidade”, entendidos aqui como a relação estabelecida entre corpo e espaço em ações que constroem de forma efêmera uma relação crítica com o espaço urbano. Com base no conceito de corpografia e nas investigações situacionistas da década de 60, a pesquisa cartografa a possibilidade de urbgrafias, de escrituras do corpo nas diversas qualidades espaciais: desde o espaço físico ao espaço da vivência urbana. Dentro dessas escrituras possíveis, trato inicialmente a arte como uma possibilidade de agenciamento, forma materializada do fazer cidade dentro das intenções aqui propostas. Para tal, a necessidade do entendimento do processo de produção do espaço urbano e de ações práticas que transfigurem as ideias discutidas são tratadas aqui de forma inicial.

PALAVRAS-CHAVE

Cidade. Cartografia. Corpo. Práticas cênicas.

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.11606/ISSN.2317-2762.v24i43p126-143](http://dx.doi.org/10.11606/ISSN.2317-2762.v24i43p126-143)

Pós, Rev. Programa Pós-Grad. Arquit. Urban. FAUUSP. São Paulo, v. 24, n. 43, p. 126-143, 2017

URBGRAPHIES OR CARTOGRAPHIES IN THE PRODUCTION OF A BECOMING- CITY

pós- | 127

ABSTRACT

The article deals with a fragment of the master's research developed on the relation between the daily acts of a "make city", understood here as the established relation between body and space, actions that build of ephemeral form the relationship with urban space. Based on the concept of corpography and the situationalist investigations of the 1960s, the research cartography the possibility of urbgrafias, of body writings in the various spatial qualities: from the physical space to the space of the urban experience. Within these possible writings, I treat art initially as a possibility of agency, a materialized form of making city within the intentions proposed here. For this, the need to understand the process of production of urban space and practical actions that transfigure the ideas discussed are treated here in an initial way.

KEYWORDS

City. Cartography. Body. Scenic practices.

INTRODUÇÃO

O espaço da cidade é perpassado de fluxos, passagens, histórias e paisagens. São processos formais e informais de constituição: históricos, econômicos, sociais, políticos e subjetivos. Todos eles confluem para uma apreensão importante: a transformação pela ação humana. São esses traços que configuram metrópoles abarrotadas de pessoas, de carros, de prédios, de conflitos. O espaço urbano aparenta presenciar hoje uma espécie de movimento de legitimação: ações de apropriação e intervenções são desenvolvidas na tentativa de revitalizar ou de ressignificar espaços, convidando a população a participar do processo de “feitura” da cidade. Em alguns casos essas ações resultam no movimento oposto: a valorização de um espaço renovado que nos leva a processos de gentrificação. Em outros, as ações são efêmeras, instantâneas: ou possibilitam a criação de espaços de convivência, ou se destinam a acessar outros dispositivos e campos de apreensão, tais como as intervenções artísticas, ou as que giram em torno da criação de espaços de compartilhamento que tenham as atividades artísticas como dispositivos de ligação, de funcionamento.

São movimentos de territorialização que nascem de espaços públicos desterritorializados: o desenho da cidade, de suas entranhas, de sua cara, de sua rua, de suas praças, passa a ser domínio também de quem nela habita, não somente de quem a constrói. A partir do momento em que tomo consciência que esse desenho, essa forma, pode estar sob o meu domínio de ação enquanto cidadão, legitimar esses espaços e ocupá-los, mesmo que de forma efêmera, ou para reivindicá-los, se torna uma importante forma de atuação. É isso que movimentos tais como Urbanismo Tático e Placemaking me trazem: a certeza de que a forma da cidade também passa pelo meu corpo, pela minha atuação nesse espaço, pelo meu uso enquanto cidadã. É trazer para mais perto das pessoas que habitam a responsabilidade e o poder de decisão sobre a forma da cidade.

A pesquisa que ora desenvolvo nasce de tais inquietudes. O que aconteceu com a cidade? Que novo desenho se pode esperar dessas ações que, apesar de efêmeras, marcam o espaço e a paisagem urbana de maneira profunda, a partir do momento que me proporcionam experiências variadas com o espaço urbano? Que escrituras, desenhos e grafias no espaço urbano são revelados em um processo de devir cidade? Nesse artigo, pretendo esboçar as primeiras impressões sobre a reflexão em cima dos questionamentos propostos. Os primeiros fragmentos de pensamento que se despregam e se tornam escrita. Ainda em trânsito, tais fragmentos revelam o desejo nascido da observação e da escuta, etapas características do processo de pesquisa. No primeiro fragmento, a reflexão sobre o que constitui uma cidade, de que processos e camadas é feita a forma urbana que habitamos e que, de certa forma, nos é tão comum. No segundo fragmento, a relação que desenvolvo com esse espaço, as trocas agenciadas entre corpo e espaço urbano. No terceiro, lanço as primeiras linhas que me suscita a reflexão: a necessidade de falar em nome de.

DO QUE É FEITA UMA CIDADE?

A cidade se configura como um entrelaçamento de camadas que, para a pesquisa, identifico inicialmente como correspondentes a uma camada física referente ao planejamento e à arquitetura da cidade, uma camada econômica e política baseada no conceito de Manuel Castells (2002) de espaços de fluxos, e uma camada social, referente à interação social, ao espaço da construção de relações e *singularidades*¹, de potencialidades humanas e estéticas, onde se considera a *inseparabilidade do espaço e do corpo vivido* (GUATTARI; ROLNIK, 2012, p. 135).

O entendimento de que cidade é algo complexo e múltiplo, que não se caracteriza pela linha, pelo linear ou homogêneo, mas, ao contrário, se caracteriza por várias espirais em encontro infinito, pela heterogeneidade de *subjetivações de massa* e por singularidades disruptoras. Compreendo que tais qualificações acontecem a nível metodológico, pois o espaço real não evidencia tais divisões: dentro de sua complexidade os campos se complementam, sendo difícil a análise deles em separado. Tais camadas se interceptam constantemente, sendo necessário estar atento a essas interseções para entender o fazer cidade. Esse “fazer” aqui perpassa a ideia de ação: de contato cotidiano com o ambiente urbano e do poder de transformação operado pelo corpo no e com o espaço. São as ações corriqueiras, o pegar ônibus, o correr da chuva, o pular uma pedra, o sentar no banco, o comprar uma pipoca, o contemplar. Mas também o conversar, o encontrar, o passar, o esbarrar, o cumprimentar, o desafiar, o desentender, o coabitar. São as inscrições humanas no espaço, que ajudam a moldar as paisagens da cidade e que fazem essa cidade.

As cidades contemporâneas seguem a forma que melhor se adapta a seu modelo econômico: o capital. Seus espaços assim são configurados a partir da relação entre o sistema de acúmulo, característico do capital, e suas resultantes, tais como a segregação espacial. Antes mesmo de assumir essa forma de maneira clara, a cidade era vista como máquina: um sistema que funciona segundo a relação de engrenagens precisas.

Nesta acepção o poder urbano funciona na cidade capitalista como uma instância que controla os cidadãos, produz as condições de acumulação para o capital e intervém nas contradições e conflitos da cidade. Para isto organiza uma poderosa máquina, feita de um exército de técnicos e funcionários, que em nossas cidades parece crescer indefinidamente (ROLNIK, 1995, p.70).

Parece-me fundamental entender o funcionamento das cidades atuais a partir da camada correspondente ao desempenho econômico e político. Segundo Manuel Castells, o espaço das cidades é definido pela prática social, que organiza “*o tempo na sociedade em rede*” (CASTELLS, 2002, p. 467). Essa prática tanto define as características sociais como as inscreve no espaço, na medida em que o espaço é entendido como reflexo da sociedade, não somente como sua expressão. Como suporte material de tais práticas, o espaço também é instituído de um sentido simbólico, característico de qualquer suporte material (CASTELLS, 2002, p. 500). Sendo a sociedade composta por fluxos² de capital, de informação, tecnologia, interação, imagens, sons ou símbolos, o espaço de fluxos é definido pela “*organização material das práticas sociais de*

tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos” (CASTELLS, 2002, p. 501). É um espaço traduzido por redes que conectam lugares específicos, que são ligados a redes globais geridas por uma minoria, ou seja, pelas elites, já que esses lugares exercem funções específicas dentro da rede de geração de riquezas, processamento de informação e poder. Podemos caracterizar tais lugares como pertencentes às ditas cidades globais e às pequenas elites que gerem tais fluxos, produzindo assim espaços físicos específicos, que diferenciem esses pequenos grupos do restante.

A teoria do espaço de fluxos parte da suposição implícita de que as sociedades são organizadas de maneira assimétrica, em torno de interesses dominantes específicos a cada estrutura social. O espaço de fluxo não é a única lógica espacial de nossas sociedades. É, contudo, a lógica espacial dominante porque é a lógica espacial dos interesses/ funções dominantes em nossa sociedade (CASTELLS, 2002, p. 504).

As cidades contemporâneas funcionam a partir da prerrogativa das grandes metrópoles globais, nas quais o capital internacional é seu principal cliente. Elas se configuram, enquanto mercado e mercadoria, ao mesmo tempo em que abrigam as principais atividades econômicas e se tornam o próprio produto dessas atividades, como Vainer (2011) define: a *cidade-objeto* e a *cidade-empresa*. A primeira está a comando do marketing urbano e compete entre outras cidades, como melhor destino turístico ou espaço para o desenvolvimento econômico. Precisa se tornar atraente para o capital a ser implantado, o que acaba padronizando o “tipo de cidade” produzido ao tentar atender condições semelhantes, as condições adequadas à instalação do capital transnacional. Para ilustrar tais condições, o autor utiliza o seguinte exemplo:

Apenas a título de ilustração de quão exigente pode ser este tipo de cliente, nada melhor do que listar alguns dos critérios que a Euronews utilizou para selecionar a cidade onde iria implantar seu centro de produção e emissão: acesso da cidade candidata a partir das capitais europeias por via aérea, rodoviária e ferroviária; recursos em telecomunicações terrestres e por satélite; condições infraestruturais para as edificações previstas (superfícies, energia, climatização, isolamento acústico, telefonia, estacionamentos, etc); condições de acessibilidade da área de implantação das edificações (acesso ao centro e aos bairros residenciais, transportes coletivos); garantia de moradia para o pessoal empregado em condições financeiras favoráveis; legislação do trabalho; custo de vida; equipamentos culturais e esportivos; apoio financeiro, subvenções e avais bancários; legislação financeira e fiscal (Bouinot & Bermils, 1995, p.41). Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis. (VAINER, 2011, p.82-83)

O enquadramento dentro de tais características parece padronizar os produtos, que tentam responder com excelência a condições similares, adquirindo assim imagens e paisagens semelhantes e identificáveis, tornando-se até mesmo referência no entendimento de quais elementos são necessários para a constituição de uma boa cidade. Além disso, são investimentos e metas que beneficiam uma classe reduzida de pessoas, transformando alguns espaços da cidade em acessos restritos: nem todos se sentem à vontade (ou realmente são

barrados) ao transitar em determinados espaços urbanos. São exatamente esses lugares as resultantes dos espaços de fluxos que, através da lógica da metrópole global, agenciam os lugares criados dentro do espaço da cidade. A cidade-empresa surge da necessidade de gerenciamento do capital e da produção interna, a partir do momento em que esse capital se instala. Segundo Vainer (2011), se caracteriza pela realização do planejamento estratégico transposto da iniciativa privada para o espaço público, aplicando as prerrogativas empresariais na gestão do espaço urbano.

O que nos parece central extrair destas leituras é que a analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa, ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e, com ele, os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados (VAINER, 2011, p.89).

Parece-me que tal entendimento da cidade a partir de sua administração pautada na necessidade de atendimento do capital internacional cria uma linha de apreensão do espaço urbano que qualifica a atividade econômica no lugar das atividades humanas. Sobre o preceito de que a geração de renda é fundamental para a constituição dos grandes centros urbanos, prevalece uma política urbana que viabiliza cada vez mais esse capital e cada vez menos os usuários da cidade. Criam-se rachaduras no entrelaçamento das camadas que constituem o espaço da cidade, sendo a intensa segregação urbana e desigualdade social, grafias explícitas dessas fissuras. Processos que visam o melhoramento terminam em gentrificação, espaços antes considerados degradados tornam-se pontos turísticos na tentativa de cooptação do capital que, incapaz de resolver problemas sociais urbanos, procura alternativas para que a imagem de seu produto continue atraente. A terra ganha alto valor de venda, resultando em bolhas imobiliárias cultivadas que explodem uma a uma e limitam o direito ao habitar a cidade.

Como efeito da influência da camada econômica como guia dentro do processo de desenvolvimento urbano, a camada física, referente ao planejamento e a arquitetura da cidade, acaba por servir de instrumento dentro do sistema empresa-objeto. São resultantes, por exemplo, os não-lugares definidos por Marc Augé (1994) como os espaços multiplicados pela mudança de escalas, aceleração dos meios de transportes e multiplicação de referências. A exploração de outros tipos de comunicação entre espaços resulta em lugares ociosos, que não são constituídos através de uma história, de processos de ocupação ou de relações íntimas entre sujeitos. São os intervalos resultantes das necessidades de conexões e da multiplicação das formas de tais conexões, tanto no que diz respeito ao espaço em si, quanto no que é relativo ao tempo. Ao oposto desses não-lugares estão os lugares antropológicos, lugares de pertencimento onde se estabelecem relações históricas, identitárias e afetivas ou relacionais. Se um lugar não consegue ser definido dentro dessas características, será definido como um não-lugar (AUGÉ, 1994). Ainda no entendimento de lugar

antropológico, o autor inclui as relações nele travadas, assim como os discursos pertencentes a esses lugares e a linguagem que o caracteriza.

Se, por um lado, os “não lugares” permitem uma grande circulação de pessoas, coisas e imagens em um único espaço, por outro transformam o mundo em um espetáculo com o qual mantemos relações a partir das imagens, transformando-nos em espectadores de um lugar profundamente codificado, do qual ninguém faz verdadeiramente parte (SÁ, 2014, p.211).

Para Castells, a constituição de espaços que, simbolicamente tragam o significado de um espaço de fluxos e da territorialização das elites, resulta em uma arquitetura padrão, que corresponde às necessidades do espaço de fluxos e sua legitimação no espaço urbano. Ele nomeia essa arquitetura como “*arquitetura da nudez*”, em que a ausência de significados e formas puras reflete uma mensagem ligada ao silêncio. Em oposição aos espaços de fluxos, o autor intitula os espaços de lugares, relativos a espaços identitários, que refletem processos históricos enraizados, que ultrapassam fronteiras físicas, “*cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contiguidade física*” (CASTELLS, 2002, p. 512).

Dentro desse sistema, pergunto-me: para quem essa cidade contemporânea é planejada? Para seus moradores, para alguns moradores ou para um ser invisível? A falência da ideia do participativo aplicado apenas a nível burocrático me leva a acreditar que a constituição do espaço da cidade cada vez mais é construída através de ações como as citadas no início do artigo. São ações que, na necessidade de fazer da cidade um espaço que não pertença apenas às demandas econômicas e políticas, mas a demandas sociais e cotidianas, que trazem o poder de decisão sobre o destino e uso do espaço para mais perto de quem habita esse espaço.

DA CIDADE QUE ME AFECTA.

Levando-se em consideração tais correlações, acrescento mais uma lente de observação: a importância do *afecto* dentro dos processos de reconhecimento e produção do espaço urbano, voltando-me assim para a terceira camada.

A priori podemos atribuir à palavra *afeto* significados relacionados a motivos emocionais como sentimentos abstratos. Porém, para o desenvolvimento do trabalho aqui proposto, sugiro relacionar a palavra *afecto* à relação que ocorre entre corpos, seu poder de afetar e ser afetado, o fluxo que nasce entre sujeitos ou entre sujeito e objetos. Segundo Suely Rolnik:

É que enquanto se está vivo não se para de fazer encontros com outros corpos (não só humanos) e com corpos que se tornam outros. Isso implica, necessariamente, novas atrações e repulsas; afetos que não conseguem passar em nossa forma de expressão atual, aquela do território em que até então nos reconhecíamos (ROLNIK, 2014, p.49).

Ou seja, são as relações criadas entre sujeito e espaço (ou sujeitos e sujeitos), são as conexões, processos múltiplos que significam, em âmbito espacial, a identificação de um lugar, em outras palavras: *movimentos de territorialização*³. Esses movimentos e fluxos de *afectação* são gestados pela vivência própria do sujeito, que encontra seus próprios *fatores de a(fe)ktivação* (ROLNIK, 2014).

São elementos que irão de encontro com o sujeito fazendo com que ele ative seu *corpo vibrátil*⁴, ou seja, que funcione como potencializador não apenas da vivência, mas do no quê aquela vivência irá reverberar no meu corpo, na minha história, na minha relação com o que ainda há. A linha gerada pelos afetos é invisível, inconstante e contínua, pois é composta a partir de movimentos que levam da territorialização à desterritorialização.

A partir do momento em que admitimos que “*se há experiência, há exposição da subjetividade...*” (BESSE, 2014, p. 49), o envolvimento do corpo a corpo com a produção/transformação do espaço público urbano pelo indivíduo passa de um pressuposto técnico para uma experiência, que o aproxima do fenômeno urbano. Uma forma de habitar/modificar/desconstruir o espaço sendo atravessado pelos vetores, estímulos e *afectos* que o constitui e que às vezes perpassam a pele de forma superficial devido à dinâmica diária, devido ao enrijecimento que a rotina nos traz. Considero tais ações, intervenções que colocam o indivíduo, enquanto protagonista de sua execução, como o parêntese, a suspensão temporal, proposto por Ábalos: “*poderíamos, então, descrever o tempo fenomenológico como um tempo lento e em suspensão, ‘posto entre parênteses’, produzido por um ensimesmamento que o torna também autobiográfico, personalizado*” (2003, p. 95), o tempo da experiência que traz uma percepção diferenciada do mesmo ambiente urbano ao qual somos habituados, assim como na deriva. É colocar o corpo em movimento dentro do espaço percebido, modificando esse espaço “com as próprias mãos”, é o gesto de intervir e mudar o espaço urbano. Dentro dessa relação de afetação entre sujeito e espaço público urbano, destaco a influência da arte no espaço urbano dentro da leitura e apropriação espacial, como movimento gerador de territórios e de desterritorialização, como *processos micropolíticos*⁵ urbanos.

“*Nossa existência tem uma corporeidade porque agimos através do corpo*” (CARLOS, 2014, p. 475). Partindo desse princípio, me parece interessante investir em uma tentativa de compreender a relação do corpo enquanto realidade social, enquanto mediação de experiência e construção de espaço. O corpo é porque existimos em um meio social e espacial específico, sendo atravessados constantemente por estímulos físicos e vetores de a(fe)tação. Esse corpo que constrói a experiência física com o espaço e com outros corpos não pode ser separado daquele corpo vibrátil, pois os dois se interconectam em um processo complexo. Não é minha intenção, portanto, simplificar o fenômeno para entendê-lo; pelo contrário, aqui existe uma tentativa de abordagem que esquadrinha territórios possíveis. Então, entender esse corpo como portador da espacialização das relações sociais que fazem cidade é aqui ir além da materialidade física, investigando os vetores de afetação do corpo vibrátil como possibilidades conjuntas.

“*O corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída*” (BRETON, 2007, p.7). Da mesma forma que podemos falar de vetores que atravessam o corpo físico e o vibrátil, engatilhando assim uma possibilidade de conexão desse corpo com o espaço; o espaço em si traz fatores de a(fe)tação que incidem no corpo, estabelecendo assim um diálogo duplo de afetar/ser afetado. Ou seja, esse corpo constitui a materialidade do agenciamento com o mundo, com o espaço, com a cidade. Se não fosse assim, penso que não seria tão importante existirem arquitetos, pessoas que operam nessa mediação; por mais que, nos dias atuais, o poder de operar ocorra

singularmente, tal agenciamento parece-me enclausurado pelo mercado imobiliário e relações profissionais pautadas em modelos vendáveis. Essas relações podem ser tomadas a conta também no espaço urbano: o interesse de operar através de espaços de fluxos e não-lugares encaminha o planejamento para soluções que priorizam relações de poder sustentadas pelas cidade-empresas, do que a relação singular estabelecida entre indivíduo e espaço. Dentro da constituição da cidade contemporânea, se espacializam os movimentos gerados a partir da construção territorial segundo o modelo econômico do capital, no valor de troca e de estratégias políticas. “Nessa direção, o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso, isto é, pelos modos de apropriação do ser humano visando à produção de sua vida (e o que isso implica)” (CARLOS, 2014, p. 475). Porém, o espaço urbano é complexo, múltiplo e heterogêneo, emergem dele possibilidades de agenciamentos que escapam e expõem o desejo de uma relação direta do corpo excluído pelo princípio de estruturação urbana baseada no capital com o espaço público, centro de uma vida pública. Ele encontra caminhos para expor sua insatisfação diante da atual construção urbana, reivindicando seu direito à cidade.

As manifestações são a forma que assumem os resíduos contra o que se impõe como hegemônico. Realizam-se de forma difusa e desencontrada em áreas de centralidade ou de “carrefour” na metrópole, de modo a criar visibilidade. Difusamente, suscitam questionamentos, sinalizam a exigência de um direito que, na realidade, é aquele da exigência de uma outra vida num outro tipo urbano. As muitas bandeiras são interpretadas, podendo-se criar uma hipótese: essas várias bandeiras são passíveis de serem reunidas pelas várias facetas e planos que compõem a realização dos conteúdos da ideia de “direito à cidade” construída por Henri Lefebvre (1968) (CARLOS, 2014, p.480).

Dentro de uma relação espiral, pois não se fecha em um ponto específico, entender os vetores projetados pelo corpo no espaço pressupõe entender também os vetores que afetam esse corpo através do espaço; isso quer dizer que as urbanografias, ao mesmo tempo em que tratam do espaço afetado, tratam do poder de afetação desse espaço e de construção de diálogo e inserção do homem no meio, pois “pela corporeidade, o homem faz do mundo a extensão de sua experiência; transforma-o em tramas familiares e coerentes, disponíveis à ação e permeáveis à compreensão. Emissor ou receptor, o corpo produz sentidos continuamente e assim insere o homem, de forma ativa, no interior de dado espaço social e cultural” (BRETON, 2007, p.8).

Do movimento de *afectar/ser afectado* e do agenciamento proposto entre corpo e espaço, ressalto o que as autoras Paola Berenstein Jacques e Fabiana Dultra Britto (2011) chamaram de corpografias. São cartografias da cidade inscritas no nosso corpo, marcas do cotidiano urbano que se manifestam corporalmente. Reflexos, vivências, marcas de um corpo que é afectado e vive o espaço da cidade.

A corpografia urbana seria um tipo de cartografia realizado pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência na cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que configura o corpo de quem a experimenta (BRITTO; JACQUES, 2011, p. 79).

Segundo as autoras, o corpo se relaciona com a cidade por meio da vivência urbana, mesmo que involuntariamente. Essa vivência inscreve marcas que

ecoam através da corporalidade; são registros de interações constantes, que configuram a relação corpo-espço. A corpografia seria a cartografia de tais interações que vai à contramão da cidade espetáculo, ou cidade-objeto-empresa comentada anteriormente, se impondo à camada econômico-política e em articulação com a camada física. Ela renega a padronização do objeto urbano e ressalta a relação pessoal com a camada física, através de microprocessos de singularização. Ainda segundo as autoras, para o urbanismo essas corpografias seriam processos de resistência molecular aos processos molares (macro) que permeiam o espaço da cidade contemporânea, além de ser útil para *“apreender as pré-existências espaciais registradas no próprio corpo através das experiências urbanas”* (BRITTO; JACQUES, 2011, p.83).

O interesse em ressaltar o caráter humano cotidiano no “fazer” constante do espaço da cidade pode ser destacado também no pensamento situacionista da década de 60. O desenvolvimento do pensamento do urbanismo unitário como crítica ao urbanismo moderno trouxe importantes ferramentas para a prática do espaço urbano, tais como a psicogeografia e a teoria da deriva. A construção de situações propostas pelo grupo levou à vivência do espaço da cidade que se aproxima do “fazer” cotidiano que me desperta o interesse. Segundo eles, o urbanismo unitário poderia ser definido como *“teoria do emprego conjunto de artes e técnicas que concorrem para a construção integral de um ambiente em ligação dinâmica com experiências de comportamento”* (IS apud JACQUES, 2003, p.65)⁶. Para viabilizar tais experiências, o grupo desenvolve a psicogeografia, que pode ser entendida como *“o estudo dos efeitos exatos do meio geográfico, conscientemente planejado ou não, que age diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos”* (IS apud JACQUES, 2003, p.65)⁷ e a prática da deriva, técnica de vivência do espaço urbano que se configura em andar pelo espaço, seria *“uma apropriação do espaço urbano pelo pedestre através da ação de andar sem rumo”* (JACQUES, 2003, p.22). A deriva se caracteriza como ação prática ligada à psicogeografia, e guarda em si o caráter artístico trazido pelo movimento.

A Internacional Situacionista levanta questões sobre a prática urbana que considero pertinentes à cidade-objeto contemporânea. Quando exercito a reflexão sobre a gentrificação e espraiamento urbano (*urban sprawl*⁸), por exemplo, sobre a cidade, que se torna cada vez mais estranha ao seu habitante, ações de reconhecimento desse espaço tanto em nível de vivência cotidiana quanto em nível de planejamento se tornam ações em urgência e latência. Iniciativas que constroem pontes entre o que habita e o que é habitado partem de tal latência: de legitimar espaços através de sua vivência. Atentar para as corpografias geradas através da interação com o espaço e, além disso, compreender essa relação como preciosa para a leitura de sítios urbanos configura a urgência de vivência tanto para o sujeito-habitante quanto para o sujeito-habitante-planejador, estando este último aparentemente mais bem definido, a partir do momento em que se conjura seu contorno com a tríade proposta. Significa entender não apenas a cidade que é construída/planejada, mas aquela que me *afecta* e que, se me *afecta* de fato, é *afectada* em resposta. Considero aqui existir um ciclo interminável de *afecção* onde objeto (cidade) e sujeito se transformam mutuamente a partir de sua relação de *afecção*. São pensamentos que as corpografias e a prática da deriva me provocam, e que me inspiram a desenvolver a reflexão a seguir.

URBGRAFIAS, CARTOGRAFIAS EM PROCESSOS.

A ideia de que a cidade se inscreve no meu corpo me traz de imediato a noção de que meu corpo se inscreve na cidade. Premissa já levantada no desenvolvimento do conceito de corpografia quando se considera a relação estabelecida entre corpo-humano e corpo-urbano como recíproca, onde “o estudo desses padrões corporais de ação podem resultar na compreensão do espaço urbano experimentado” (BRITTO; JACQUES, 2011, p.84). Aqui me interessa colocar a lente de reflexão e pesquisa sob a reverberação nos espaços, no corpo urbano, e de que forma esses espaços se modificam física ou vivencialmente a partir do contato e fricção do corpo no espaço, através de seus movimentos micropolíticos e de singularização. Fisicamente quando as reverberações são expressas no espaço, podem ser apreendidas através do olhar, do tato, do cheiro. Vivencialmente quando são acessadas outras qualidades espaciais que não pertencem à apreensão do corpo físico, mas do corpo sensível, vivido.

Esses não-lugares possíveis são revelados por outros autores como Francesco Careri e seu jogo de deriva. ou pelos espaços opacos definidos por Milton Santos como espaços abertos e mutáveis (JACQUES, 2013). Dentro do entendimento da composição da cidade por camadas que se articulam e territorializam no espaço físico, proponho que esses espaços de jogo sejam pensados dentro de uma camada pertencente ao subjetivo, a escritura do meu corpo no espaço, não controlável, porém perceptível e identificável. Seria o lugar do imprevisível, o entre-lugar, o espaço liso e desterritorializado de Deleuze e Guatarri⁹.

Seriam traços modelados no espaço urbano a partir da relação sujeito-espaço. Grafias de expressões micropolíticas, de movimentos de singularização que se manifestam no espaço urbano, em um movimento ao mesmo tempo de compreensão e de criação, resultante de *affectos* entre indivíduo-cidade. Configura formas e estados do **fazer cidade**, relacionados à *subjetividade de massa*¹⁰ e aos movimentos de singularização que vão de encontro a essas subjetivações. São traços, grafias, rachaduras, cicatrizes visíveis nos espaços coletivos, são traços políticos de ocupação e expressão. São cartografias de um processo de devir cidade.

Em um primeiro momento, as práticas artísticas contemporâneas configuram como dispositivos de interesse de tais urbgrafias. Porém, o entendimento de que essas escrituras podem ser manifestas pela vivência cotidiana do espaço não é ignorado. Em aspectos metodológicos, tais práticas artísticas são consideradas lentes de ação, de entendimento e de desenvolvimento da reflexão proposta. Todo o processo de pesquisa se desenvolve enquanto processo cartográfico, onde a abertura para o caminho desenvolvido através das experiências se torna fundamental, o que impede a afirmação direta e unívoca de pontos de chegada. Então, como a pesquisa encontra-se em desenvolvimento, a reflexão encontra-se em processo de construção e trabalho.

Enquanto grafia própria, inspirada no processo até agora descrito, apresento o projeto em desenvolvimento Urbscity Baby Babylon, gestado na disciplina de Intervenção no Espaço Público, ministrada pelos professores Nara Milioli e Rodrigo Gratacós Brum, cursando como aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC).



Figura 1 - Intervenção Urbcity Baby Babylon desenvolvida na cidade de Fortaleza/CE. Fonte: Arquivo Pessoal.

O projeto tem como ponto inicial a investigação sobre as intercessões dos modelos de cidade e sua relação com a vivência e identidade gerada a partir dessa vivência. A ideia é estabelecer conexões entre as similaridades dos centros urbanos cotidianos, onde, a princípio, concentrou-se na investigação de ruas comerciais voltadas para pedestres como elemento de repetição. Ao perceber a riqueza das diferenças presentes em algumas repetições, o questionamento se transfigurou em entender se seria possível encontrar identidade nesses trechos que nada mais tratam do movimento de pessoas no espaço e que identidade seria essa: de um coletivo ou de individualidades?

Os centros sempre me atraíram mais do que os pontos turísticos. Em todas as cidades que posso visitar me arrebatam a curiosidade do centro. Existe neles algo de libertário, mesmo que emoldurado por um sistema de mercado totalmente comum e replicável. Ir ao centro para mim é como conhecer as entranhas, mergulhar no real urbano. Talvez por, em sua maioria, conter sempre um nível de urbanidade¹¹ interessante, revelando algum tipo de diversidade sobre quem são as pessoas que “fazem” aquela cidade.

Como a proposta de pesquisa segue a ideia de cartografia, o registro de tais atividades e reflexões se constitui em pesquisa. Novos questionamentos surgem



Figura 2 - Intervenção Urbcity Baby Babylon desenvolvida na cidade de Fortaleza/CE. Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 3 - Intervenção Urbcity Baby Babylon desenvolvida na cidade de Fortaleza/CE. Fonte: Arquivo Pessoal.

na medida em que caminhos e ações são efetivados. A busca pelo entendimento da cidade que é feita pelos processos que, para a pesquisa, nomeio de *urbgraphias*, se apresenta como um trabalho amplo, de construção contínua, que pressupõe uma série de reflexões adjacentes. É importante, porém, frisar que o interesse não se centra necessariamente na criação de conceitos novos, e na sua aplicação. Trata da reflexão sobre a prática urbana, sobre o papel do arquiteto urbanista dentro dessa prática e de seu planejamento, tendo como prerrogativa a cidade enquanto experiência vivida. Faço um paralelo ao urbanismo unitário desenvolvido pelos situacionistas: mais um momento de reflexão do que um modelo. Por mais que a Nova Babilônia de Constant tenha sido uma tentativa de modelização das reflexões desenvolvidas pelo grupo (referência claramente utilizada no experimento aqui narrado), as discussões trazidas com o desenvolvimento da ideia se tornam mais importantes do que o modelo. Assim, dentro da pesquisa desenvolvida, sendo muito mais à reflexão do que ao modelo, à discussão do que à sistematização, à vivência e observação do que ao olhar distanciado e superficial.

CONCLUSÃO

A relação estabelecida entre corpo-urbano e corpo-humano, nessa ordem de análise, configura-se como ponto central dentro da observação do desencadeamento de processos de modificação e construção do espaço urbano. Dentro dessa relação, entender as *urbgrafias* seria entender de que forma o corpo-humano faz parte do corpo-urbano, construindo esse corpo através do seu próprio. A terceira camada de análise proposta pelo trabalho surge da necessidade de entender essa relação a partir de pontos de observação que tragam questões mais intimamente ligadas a uma construção do espaço a partir da abordagem de aspectos efêmeros e sensíveis, que levam a compreensão da cidade enquanto construção pessoal e coletiva do espaço. A existência de camadas ligadas ao desempenho econômico e político revela uma dimensão desse espaço que assume uma personalidade indefinida a partir da generalidade, assumindo também o controle sobre a produção do mesmo. Porém, para além dela, existem processos que se desenvolvem em escalas menores e que atuam de forma definitiva dentro do processo de estruturação urbana. É essa redução de escala que pretendo abordar no trabalho quando proponho as *urbgrafias*, tratando-se então da análise do fazer urbano em microescalas.

Segundo Villaça (2001), o espaço urbano foi constantemente analisado a partir de suas relações regionais, que caracterizam a região em relação à economia global e ao capital estrangeiro e nacional. Porém, tais relações não revelam as dinâmicas de produção do espaço urbano em escala interna, não sendo suficientes nem efetivos para o entendimento do desenvolvimento das metrópoles e de sua configuração espacial, pois essas dinâmicas não seguem a mesma lógica das dinâmicas analisadas em escala regional de formação de redes urbanas ou em processos espaciais de urbanização (VILLAÇA, 2001, p.18). Outro fator levantado pelo autor é a importância da análise da relação de localização de um ponto na malha em relação aos demais, não sendo suficiente apenas entender a instalação de certos usos e serviços em um lugar

específico, mas o porquê de ter sido ali instalado e não em outra localização, o que revela dinâmicas urbanas que auxiliam na compreensão da produção espacial intraurbana.

Os produtos específicos resultantes da produção do espaço intraurbano não são os objetos urbanos em si (as praças, as ruas ou os edifícios), mas suas localizações. A produção de edifícios ou de conjunto de edifícios (...) enquanto objetos urbanos certamente é produção de espaço. Entretanto o é tanto quanto a produção de cadeiras, árvores, ou canetas. A produção dos objetos urbanos só pode ser entendida e explicada se forem consideradas suas localizações. A localização é, ela própria, também um produto do trabalho e é ela que especifica o espaço intraurbano. Está associada ao espaço intraurbano como um todo, pois refere-se às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais (VILLAÇA, 2001, p. 24).

Tais reflexões sobre a produção do espaço físico urbano, analisado à luz da produção econômica capitalista, recorte escolhido para a abordagem de aspectos de planejamento urbano aqui tratado, mostra a íntima relação que acaba sendo estabelecida entre as duas primeiras camadas: a camada referente ao espaço de fluxos, a organização político-econômica do espaço urbano, e a camada referente ao espaço físico urbano, ou a arquitetura da cidade. A partir dessa leitura, assumir que os fluxos que gerem o sistema de reprodução do capital como as dinâmicas de organização e deslocamento geradas por esses fluxos, como também as resultantes intraurbanas dessas dinâmicas, tais como a segregação, como apontado por Villaça, guiam o processo de produção do espaço urbano, parece esclarecer o ponto de contato entre as duas camadas e a importância de sua análise em conjunto, ou seja, *“o espaço considerado como reprodução da vida coloca-nos diante de um quadro formado pela inter-relação do modo de vida e do processo de trabalho”* (CARLOS, 1994, p. 135). Considerando essa conexão, os movimentos moleculares¹² que atuam sobre a estrutura estabelecida, que rompem com a conformidade do movimento diário trazido por essas estruturas, rompem tanto a nível molecular como a nível molar, nos encaminhando assim para a terceira camada.

As manifestações populares de reivindicação por melhor qualidade de vida passam pela discussão da contradição entre capital e trabalho, fundada na propriedade privada dos meios de produção e na desigualdade social e jurídica dos homens. Portanto, as lutas urbanas vão colocar em xeque a produção de um espaço em função dos objetivos do capital e não dos da maioria da população, gerando conflito entre entendimentos diversos sobre o que é e o que deveria ser a cidade (CARLOS, 1994, p. 183).

A cidade questionada por tais movimentos é a cidade produzida pela relação estabelecida entre as duas primeiras camadas, tanto no que diz respeito à escala de organização regional quanto nos processos definidores da malha intraurbana. Porém, além de traçados característicos da organização em torno dos deslocamentos ditados pelas lutas de classes, acesso à terra e segregação urbana, existem processos disruptores, que evocam uma camada que foge ao entendimento da luz exclusiva de tais teorias e afirma o espaço urbano e seu desenho, mas que também se configura a partir de resultantes desse processo. As práticas *“microbianas, singulares e plurais”* (CERTEAU, 1998, p. 175), que fogem à administração do projeto urbanístico, são, como o próprio autor define, práticas, ou seja, remetem a ações, a movimentos, a fricções. Considerando que

todo o sistema gerido pelas práticas políticas e econômicas, na medida em que se materializam em forma de espaço urbano, deixam lacunas que são preenchidas por movimentos contraditórios a seu sistema; proponho que o fazer cidade transparece naquelas práticas espaciais que fogem à modelização projetual, que estão fora do domínio da gerência, e que caracterizam o espaço urbano como o conhecemos. Para além da cidade-objeto, com suas delimitações conceituais atreladas a um sistema econômico, da cidade-empresa, que é operada a partir de políticas similares à praticada em empreendimentos privados, existe a cidade que resiste e existe como fato social.

Hoje, sejam quais forem os avatares desse conceito, temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase místico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panótico. A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob o discurso que a ideologizam, proliferam as acústicas e as combinações de poderes sem identidade legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir (CERTEAU, 1998 p.174).

A questão aqui levantada se configura em três pontos: de serem práticas que também definem a malha urbana, porém em uma escala menor do que os processos intraurbanos apontados por Villaça, admitindo-se que, adotando a escala dessas práticas como referência, esses processos passariam a configurar problemáticas molares, ou seja, macro em relação às práticas; de serem resultantes dos processos intraurbanos; de que, pelo mesmo motivo que Villaça aponta, a necessidade de analisar os processos de desenvolvimento das dinâmicas territoriais trazidas com o sistema de produção capitalista em uma escala intraurbana, através do entendimento de que essas dinâmicas se manifestam de forma diferenciada das explicitadas na análise regional, as práticas aqui citadas também devem ter seu espectro de análise reajustado, por também responderem a esses processos de forma singular e trazendo consigo outras problemáticas.

NOTAS

¹ “O termo ‘singularização’ é usado por Guatarri para designar os processos disruptores no campo da produção do desejo: trata-se dos movimentos de protesto do inconsciente contra a subjetividade capitalística, através da afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outra percepção, etc.” (GUATARRI; ROLNIK, 1996, p.45).

² Castells define por fluxos “as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade” (CASTELLS, 2002, p.501), ou seja, processos desenvolvidos através de representações não materiais que influenciam de forma determinante as práticas sociais e, conseqüentemente, as estruturas espaciais.

³ Territorialização/Desterritorialização: relacionados à identificação e criação de relação, os territórios são construídos através das relações entre sujeitos, do desenvolvimento de laços através dos afetos, “da invisível criação de afetos à visível e consciente composição de territórios” (ROLNIK, 2014, p.50). Quando esses laços são quebrados, os afectos não concluem o seu ciclo espiral de matéria invisível, esses territórios são abandonados, cabendo ao sujeito à criação de

outros territórios, outros laços a partir dos novos agentes de afetação. Segundo a pesquisadora Suely Rolnik, movimentos de territorialização correspondem a “intensidades se definindo através de certas matérias de expressão” ou “nascimento de mundos”, enquanto os movimentos de desterritorialização são “territórios perdendo a força de encantamento; mundos que se acabam, partículas de afetos expatriadas, sem forma e sem rumo” (ROLNIK, 2014, p. 36-37).

- ⁴ O corpo vibrátil se constitui na capacidade do nosso corpo de ser sensível a manifestações que fogem do âmbito da representação. “Segundo pesquisas recentes, cada um de nossos órgãos dos sentidos é portador de uma dupla capacidade, uma cortical e outra subcortical. A primeira corresponde à percepção, a qual nos permite apreender o mundo em suas formas para, em seguida, projetar sobre elas as representações de que dispomos, de modo a lhes atribuir sentido. [...] Já a segunda, que por conta de sua repressão nos é mais desconhecida, nos permite apreender a alteridade em sua condição de campos de forças vivas que nos afetam e se fazem presentes em nossos corpos sob a forma de sensações. Com ela, o outro é presença que se integra a nossa textura sensível, tornando-se, assim, parte de nós mesmos” (ROLNIK, 2014, p. 12). Para a pesquisa é importante entender que, se de um lado as urbanografias propõem uma intervenção física no espaço que, em muitas vezes, problematizam os aspectos físicos desses espaços, elas também são resultado de vetores (assim como passam a ser os próprios vetores) que afetam outra parte do nosso corpo, sendo essa outra parte aqui exemplificada com o conceito de corpo vibrátil.
- ⁵ A problemática micropolítica não se situa no nível da representação, mas no nível da produção de subjetividade. Ela se refere aos modos de expressão que passam não só pela linguagem, mas também por níveis semióticos heterogêneos. Então, não se trata de elaborar uma espécie de referente geral interestrutural, uma estrutura geral de significantes do inconsciente à qual se reduziriam todos os níveis estruturais específicos. Trata-se, sim, de fazer exatamente a operação inversa, que, apesar dos sistemas de equivalência e de tradutibilidade estruturais, vai incidir nos pontos de singularidade, em processos de singularização que são as próprias raízes produtoras da subjetividade em sua pluralidade (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.28).
- ⁶ INTERNACIONAL SITUACIONITA, nº1, 1958, In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade/ Internacional Situacionista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.160p.
- ⁷ INTERNACIONAL SITUACIONITA, nº1, 1958, In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade/ Internacional Situacionista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 160p.
- ⁸ Pode ser definido como o crescimento espraiado da cidade através da densificação de subúrbios ou desenvolvimento através do tecido viário criando anéis de expansão que afastam a população dos centros urbanos (JAKOB, 2002).
- ⁹ É a diferença entre um espaço liso (vetorial, projetivo ou topológico) e um espaço estriado (métrico): num caso, “ocupa-se o espaço sem medi-lo”, no outro, “mede-se o espaço a fim de ocupá-lo” (DELEUZE; GUATTARI, 2008, p. 20).
- ¹⁰ Sobre a produção de uma subjetividade de massa estar ligada à produção da cultura enquanto bem comercializável, escrevem Guattari e Rolnik: “Não somente uma produção da subjetividade individualizada – subjetividade dos indivíduos –, mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente. A meu ver, essa grande fábrica, essa grande máquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiamos, quando nos apaixonamos e assim por diante. Em todo caso, ela pretende garantir uma função hegemônica em todos esses campos” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 321).
- ¹¹ Urbanidade aqui é entendida como a copresença de um número considerável de pessoas diferentes em intervalo de tempos variados. É a característica que revela espaços públicos apropriados, desejável aos espaços públicos, o que Jan Gehl também definiu como vida pública: a ação programada ou não de pessoas no espaço público (TENÓRIO, 2012, p.14).
- ¹² “A ordem molar corresponde às estratificações que delimitam objetos, sujeitos, representações e seus sistemas de referência. A ordem molecular, ao contrário, é a dos fluxos dos devires, das transições de fases, das intensidades” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 16). Tratam da correspondência entre as relações que ocorrem a nível macropolítico, de articulação com definições formais, e no nível das micropolíticas.

REFERÊNCIAS

- ÁBALOS, Iñaki. *A boa-vida: visita guiada às casas da modernidade*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2003. 220 p.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares*. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus/Travessia do Século, 1994. 112 p.
- BESSE, Jean-Marc. *O Gosto do Mundo: Exercícios de Paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. 234 p.
- BRETON, David Le. *A Sociologia do corpo*. 2ª edição, Petrópolis: Editora Vozes, 2007. 101 p.
- BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. In: *Cadernos PPGAUFBA*, Salvador, v. 7, p. 79-86, 2011.
- CARERI, Francesco. *Walkscapes: O caminhar como prática estética*. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2013. 144 p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. *GEOSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 472-486, 2014.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. 272 p.
- CASTELLS, Manoel. *A sociedade em rede*, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 698 p.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 351 p.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia 2*, v. 5. São Paulo: Ed. 34, 2008. 128 p.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996. 326 p.
- JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 160 p.
- JAKOB, Alberto Augusto Eichmam. Urban sprawl: custos, benefícios e o futuro de um modelo de desenvolvimento do uso da terra. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. 86 p.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2014. 248 p.
- SÀ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 26, n.2, p. 209-229, 2014.
- TENÓRIO, Gabriela de Souza. *Ao Desocupado em Cima da Ponte: Brasília, Arquitetura e Vida Pública*. 391 f. 2012. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.
- VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. In: ARANTES, Otília.; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2011. 192 p.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001. 373 p.

Nota dos Autores

Financiamento da pesquisa: CAPES

Nota do Editor

Data de submissão: 29/12/2016

Aprovação: 29/05/2017

Revisão: José Olímpio de Sousa Araújo

Elaine Cristina Maia Nascimento

Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

CV: <http://lattes.cnpq.br/8088070852465658>

elanascimentoarq@gmail.com

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

CV: <http://lattes.cnpq.br/6817263676135627>

rodrigo.goncalves@ufsc.br